

Willian Douglas Guilherme  
(Organizador)

# A Produção do Conhecimento nas Ciências Sociais Aplicadas 2



 **Atena**  
Editora  
Ano 2019

Willian Douglas Guilherme  
(Organizador)

# A Produção do Conhecimento nas Ciências Sociais Aplicadas 2

Atena Editora  
2019

2019 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

**Editora Chefe:** Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

**Diagramação e Edição de Arte:** Natália Sandrini e Lorena Prestes

**Revisão:** Os autores

### **Conselho Editorial**

- Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas  
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília  
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa  
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná  
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista  
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia  
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria  
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná  
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice  
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul  
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense  
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão  
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará  
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista  
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande  
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

#### **Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)**

P964 A produção do conhecimento nas ciências sociais aplicadas 2  
[recurso eletrônico] / Organizador Willian Douglas Guilherme. –  
Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2019. – (A produção do  
conhecimento nas ciências sociais aplicadas; v. 2)

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-7247-293-7

DOI 10.22533/at.ed.937192604

1. Abordagem interdisciplinar do conhecimento. 2. Ciências  
sociais – Pesquisa – Brasil. I. Guilherme, Willian Douglas. II. Série.

CDD 307

**Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422**

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de  
responsabilidade exclusiva dos autores.

2019

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos  
autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)

## APRESENTAÇÃO

Os textos são um convite a leitura e reúnem autores das mais diversas instituições de ensino superior do Brasil, particulares e públicas, federais e estaduais, distribuídas entre vários estados, socializando o acesso a estes importantes resultados de pesquisas.

Os artigos foram organizados e distribuídos nos 5 volumes que compõe esta coleção, que tem por objetivo, apresentar resultados de pesquisas que envolvam a investigação científica na área das Ciências Sociais Aplicadas, sobretudo, que envolvam particularmente pesquisas em Administração e Urbanismo, Ciências Contábeis, Ciência da Informação, Direito, Planejamento Rural e Urbano e Serviço Social.

Neste 2º volume, reuni o total de 24 artigos que dialogam com o leitor sobre temas que envolvem direito e educação, direito social, currículo escolar, desafios gerenciais, gestão de segurança, trabalho e saúde, relatos de experiência, tecnologias, homofobia, educação especial e “jovens rurais”. São temas diversos que propõe um olhar mais amplo dentro das possibilidades das Ciências Sociais Aplicadas.

Assim fechamos este 2º volume do livro “A produção do Conhecimento nas Ciências Sociais Aplicadas” e esperamos poder contribuir com o campo acadêmico e científico, trabalhando sempre para a disseminação do conhecimento científico.

Boa leitura!

Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme

## SUMÁRIO

<b>CAPÍTULO 1</b> .....	<b>1</b>
A EDUCAÇÃO PERMANENTE DOS PROFISSIONAIS DE SERVIÇO SOCIAL À LUZ DA NORMA OPERACIONAL BÁSICA DE RECURSOS HUMANOS DO SISTEMA ÚNICO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL	
Nilsen Aparecida Vieira Marcondes Elisa Maria Andrade Brisola Edna Maria Querido de Oliveira Chamon	
<b>DOI 10.22533/at.ed.9371926041</b>	
<b>CAPÍTULO 2</b> .....	<b>21</b>
A ESCOLA E A EDUCAÇÃO DE MENINAS NA PERSPECTIVA DE MARY DASCOMB	
Jamilly Nicácio Nicolete	
<b>DOI 10.22533/at.ed.9371926042</b>	
<b>CAPÍTULO 3</b> .....	<b>34</b>
A PROMOÇÃO DO DIREITO SOCIAL À EDUCAÇÃO DECOLONIAL PELA ESCOLA DE SAMBA BEIJA FLOR DE NILÓPOLIS NO DESFILE DE 2018: CRÍTICA LITERÁRIA E SOCIAL	
Aline Lourenço de Ornel Andreia Lourenço de Ornel	
<b>DOI 10.22533/at.ed.9371926043</b>	
<b>CAPÍTULO 4</b> .....	<b>49</b>
APONTAMENTOS SOBRE EDUCAÇÃO NO ATUAL CONTEXTO BRASILEIRO E O CURRÍCULO ESCOLAR	
Solange Aparecida de Souza Monteiro Paulo Rennes Marçal Ribeiro	
<b>DOI 10.22533/at.ed.9371926044</b>	
<b>CAPÍTULO 5</b> .....	<b>61</b>
CAPITAL INTELECTUAL COMO FATOR PARA OBTENÇÃO DE VANTAGENS COMPETITIVAS	
Danilson Costa do Nascimento Gilson Scholl Pires	
<b>DOI 10.22533/at.ed.9371926045</b>	
<b>CAPÍTULO 6</b> .....	<b>69</b>
CURRÍCULO E RESISTÊNCIA: MEDITAÇÃO E PRÁTICAS ORIENTAIS NA ESCOLA	
Kátia Batista Martins Julia Salido Alves Paula Negreiros de Azeredo	
<b>DOI 10.22533/at.ed.9371926046</b>	
<b>CAPÍTULO 7</b> .....	<b>81</b>
DESAFIOS GERENCIAIS DO SISTEMA DE SAÚDE DA MARINHA CONSIDERANDO O NOVO REGIME FISCAL, O AUMENTO DA EXPECTATIVA DE VIDA E A VARIAÇÃO DE CUSTOS MÉDICO-HOSPITALARES	
Jefferson Davi Ferreira dos Santos Murilo Mac Cord Medina	
<b>DOI 10.22533/at.ed.9371926047</b>	

<b>CAPÍTULO 8</b> .....	<b>100</b>
DESCOBRINDO A SI MESMO: COMO A IMAGEM CORPORAL CONTRIBUI PARA A FORMAÇÃO DA IDENTIDADE NA ADOLESCÊNCIA?	
Camila Ribeiro Menotti	
DOI 10.22533/at.ed.9371926048	
<b>CAPÍTULO 9</b> .....	<b>106</b>
EDUCAÇÃO EM SEXUALIDADE NAS ESCOLAS EM PORTUGAL: ANÁLISE DOCUMENTAL SOBRE SUA TRAJETÓRIA E SUAS AÇÕES	
Ana Cláudia Bortolozzi Maia Teresa Vilaça	
DOI 10.22533/at.ed.9371926049	
<b>CAPÍTULO 10</b> .....	<b>120</b>
FERRAMENTAS E TÉCNICAS DE GERENCIAMENTO DE PROJETOS APLICADAS NA GESTÃO DA SEGURANÇA E SAÚDE DO TRABALHO NA INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO CIVIL	
Ana Lúcia Andrade Tomich Ottoni Altamir Fernandes de Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.93719260410	
<b>CAPÍTULO 11</b> .....	<b>138</b>
GENERIFICAÇÃO PATRIARCAL: DISTINÇÃO E GÊNESE SÓCIO-HISTÓRICA DO CAMPO DA EDUCAÇÃO NO BRASIL	
Ana Tereza da Silva Nunes	
DOI 10.22533/at.ed.93719260411	
<b>CAPÍTULO 12</b> .....	<b>154</b>
JUVENTUDE, TRABALHO E EDUCAÇÃO	
Roseane de Aguiar Lisboa Narciso	
DOI 10.22533/at.ed.93719260412	
<b>CAPÍTULO 13</b> .....	<b>166</b>
O CONSUMO DE STATUS E SUA RELAÇÃO COM A FELICIDADE SOB A ÓTICA DE ALUNOS DE INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR	
Alexandre Cappellozza Glauco Carvalho Campos Maria da Conceição Medeiros Raquel Teixeira Vianna de Paula Rogério Teixeira de Souza	
DOI 10.22533/at.ed.93719260413	
<b>CAPÍTULO 14</b> .....	<b>179</b>
O CUIDADO INDIVIDUALIZADO AO PACIENTE HOMOSSEXUAL PORTADOR DA IMUNODEFICIÊNCIA HUMANA: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA	
Alexia Camargo Knapp de Moura Juliana de Paula Teixeira Karen Domingues Gonzales Lílian Moura de Lima Spagnolo	
DOI 10.22533/at.ed.93719260414	

<b>CAPÍTULO 15</b> .....	<b>194</b>
O IMPACTO DA GESTÃO DE SAÚDE E SEGURANÇA DO TRABALHO NA SUSTENTABILIDADE EMPRESARIAL	
Paula Zanforlin Camargo	
Ana Beatriz Pereira	
Eliane Cristina de Antonio	
<b>DOI 10.22533/at.ed.93719260415</b>	
<b>CAPÍTULO 16</b> .....	<b>200</b>
O SILENCIAMENTO DA ESCOLA FRENTE A HOMOFOBIA	
Helder Júnio de Souza	
Adla Betsaida Martins Teixeira	
<b>DOI 10.22533/at.ed.93719260416</b>	
<b>CAPÍTULO 17</b> .....	<b>213</b>
REFLEXÕES SOBRE A GESTÃO DEMOCRÁTICO-PARTICIPATIVA NA ESCOLA PÚBLICA	
Andrea Oliveira D'Almeida	
<b>DOI 10.22533/at.ed.93719260417</b>	
<b>CAPÍTULO 18</b> .....	<b>223</b>
REFLEXÕES SOBRE CIBERCULTURA E EDUCAÇÃO	
Ivan de Freitas Vasconcelos Junior	
<b>DOI 10.22533/at.ed.93719260418</b>	
<b>CAPÍTULO 19</b> .....	<b>228</b>
ROUSSEAU: A CUMPLICIDADE ENTRE NATUREZA E PATRIARCADO NA EDUCAÇÃO DE SOFIA	
Letícia Machado Spinelli	
<b>DOI 10.22533/at.ed.93719260419</b>	
<b>CAPÍTULO 20</b> .....	<b>240</b>
TECNOLOGIAS MÓVEIS: OS IMPACTOS NA INTERAÇÃO SOCIAL E NO PROCESSO COMUNICACIONAL	
Briza Martins	
Guilherme Juliani de Carvalho	
<b>DOI 10.22533/at.ed.93719260420</b>	
<b>CAPÍTULO 21</b> .....	<b>252</b>
TRANSFORMAÇÃO ORGANIZACIONAL EM INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR PRIVADA COM O USO DA SOFT SYSTEM METHODOLOGY (SSM): RELATO DE EXPERIÊNCIA	
Patricia Rodrigues Miziara Papa	
Valéria Tomas de Aquino Paracchini	
Dyjalma Antonio Bassoli	
Thiago Henrique de Moraes	
<b>DOI 10.22533/at.ed.93719260421</b>	
<b>CAPÍTULO 22</b> .....	<b>268</b>
UM MODELO TÁTIL DA TABELA PERIÓDICA: O ENSINO DE QUÍMICA PARA ALUNOS CEGOS NUM CONTEXTO INCLUSIVO	
Sandra Franco-Patrocínio	
Jomara Mendes Fernandes	
Ivoni Freitas-Reis	
<b>DOI 10.22533/at.ed.93719260422</b>	

<b>CAPÍTULO 23</b> .....	<b>278</b>
UMA EXPERIENCIA DE INTEGRAÇÃO ENTRE FACULDADE DE TECNOLOGIA E EMPRESA GERANDO PROJETOS DE MELHORIA NA FORMAÇÃO DO TECNOLOGO	
<a href="#">Anna Cristina Barbosa Dias de Carvalho</a> <a href="#">Luciano José Dantas</a> <a href="#">Fabio Conte</a> <a href="#">Elaine Cristine de Souza Luiz</a>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.93719260423</b>	
<b>CAPÍTULO 24</b> .....	<b>288</b>
VISIBILIDADE DE JOVENS RURAIS: “ACREDITO É NA RAPAZIADA”	
<a href="#">Ana Maria do Nascimento</a> <a href="#">Ercília Maria Braga de Olinda</a>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.93719260424</b>	
<b>CAPÍTULO 25</b> .....	<b>303</b>
O CONTRABANDO DE CIGARROS NA FRONTEIRA BRASIL-PARAGUAI	
<a href="#">Amanda Caroline Schallenberger Schaurich</a> <a href="#">Andressa Braga da Silva</a> <a href="#">Graziele Aparecida Carneiro Wille</a> <a href="#">Lucimara Fátima de Macedo Savitraz</a> <a href="#">Carla Liliane Waldow Esquivel</a>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.93719260425</b>	
<b>SOBRE O ORGANIZADOR</b> .....	<b>307</b>

## O SILENCIAMENTO DA ESCOLA FRENTE A HOMOFOBIA

**Helder Júnio de Souza**

Secretaria de Educação de Minas Gerais

Sabará – Minas Gerais

**Adla Betsaida Martins Teixeira**

Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade  
de Educação

Belo Horizonte – Minas Gerais

**RESUMO:** Questões relacionadas à discussão sobre a homossexualidade tem-se ampliada na atualidade, sobretudo em relação à concretização dos direitos, tornando-se necessário abrir um diálogo sobre a temática no ambiente escolar. Porém, esse diálogo é também um desafio, já que busca quebrar padrões vinculados à questão de gênero, garantindo assim o direito à vivência da sexualidade. Nesse contexto, o presente artigo busca compreender a violência velada, dentro do ambiente escolar, àqueles jovens que têm uma orientação homossexual (não se anulando as outras formas – bi/trans). A escola tem como uma de suas metas formar o indivíduo para a vivência ética e cidadã. Mas quando se trata sobre orientação sexual, a escola remete a um espaço em que são reforçados os valores heterossexuais e que geram exclusão daqueles que não se enquadram à heteronormatividade (LOURO, 2013; JUNQUEIRA, 2009; TEIXEIRA, 2010). Dessa forma, muitas vezes a escola

tende a silenciar frente a homofobia ou justificando como brincadeira que não deve ser levada a sério (LOURO, 2013; JUNQUEIRA, 2009). Por isso, a necessidade de se dialogar com os conceitos relacionados à orientação/ identidade sexual e suas implicações na escola e conseqüentemente na sociedade. Trazer o diálogo sobre sexualidade/diversidade sexual na escola, e com ele todo o processo de criação social dos padrões/exclusões, não é apenas um ideal, mas uma realidade necessária, já que há muitos alunos que ainda sofrem diversas formas de violência velada. Mais que isso, significa reconhecer e respeitar o outro como sujeito de liberdade e direitos dentro da escola e da sociedade.

**PALAVRAS-CHAVES:** Heteronormatividade, homofobia, ambiente escolar, direitos.

**ABSTRACT:** Issues related to the discussions on homosexuality have been widened recently, especially in relation to the recognition of rights, making it necessary to start a dialogue about the subject in the school environment. However, this dialogue is also a challenge, since it seeks to break patterns connected to gender issues, thus, guaranteeing the right to experience sexuality. In this context, this article tries to understand the veiled violence, within the school environment, towards those young people who have a homosexual orientation (not

annulling the other forms - bi / trans). The school has, as one of its goals, to form individuals to experience ethics and citizenship. But when it comes to sexual orientation, it becomes a place where heterosexual values are reinforced and it generates the exclusion of those who do not fit into heteronormativity (LOURO, 2013; JUNQUEIRA, 2009; TEIXEIRA, 2010). In such way, schools often tend to be negligent regarding homophobia by justifying it as a mere joke that should not be taken seriously (LOURO, 2013; JUNQUEIRA, 2009), hence the need to encourage the dialogue on the concepts related to sexual orientation / identity and its implications in school and, consequently, in society. Starting the dialogue about sexuality / sexual diversity in schools, bringing with it the whole process of social creation of patterns / exclusions, is not only an ideal, but a necessary reality, since there are many students who still suffer from many different forms of veiled violence. More than that, it means recognizing and respecting other people as subjects of freedom and rights within schools and society as a whole.

**KEYWORDS:** Heteronormativity, homophobia, school environment, rights.

## 1 | APRESENTAÇÃO

O presente artigo busca compreender sobre a diversidade sexual, especificamente a homossexualidade, dentro do ambiente escolar e a forma como são configuradas (ou não) as violências decorrentes por orientação sexual.

Atualmente, a discussão sobre escola/gênero/diversidade sexual tem-se ampliada, ganhando repercussão tanto social quanto politicamente. No caso do presente artigo, quer entender como a escola, que também aqui é considerada uma instituição que não é neutra na transmissão de seus conhecimentos, vislumbra as questões relativas à orientação sexual dentro do seu próprio ambiente, ou seja, dentro da escola. Não se quer aqui anular e nem tampouco ignorar a questão da identidade sexual, muito menos tratar a diversidade sexual de forma simplista. Pelo contrário, entende-se que a diversidade sexual (e com ela todas as questões pertinentes de compreensão sobre o corpo, de identidade, de orientação...) é diversa e flexível. E quando é feito o recorte no ambiente escolar, deve-se levar em consideração os estudantes ainda estão tomando conhecimento acerca de quem são através de suas experiências pessoais/sociais.

É notório, em inúmeros documentos formais bem como legislações vigentes, que a escola tem como uma de suas metas formar o indivíduo para a vivência ética e cidadã. Já no que tange a questão da diversidade sexual/orientação sexual, ainda se tem demonstrado que ela ainda remete a um espaço em que são reforçados os valores que gera exclusão daqueles que não se enquadram à heteronormatividade. Tem-se como exemplo o discurso sobre a imposição de “ideologia de gênero” de um grupo conservador existente no Brasil, que alega que não é papel da escola de se trabalhar essas questões, mas papel que deve ser desempenhado pela família. Vale ressaltar que esse discurso agora encontra-se no campo político, tornando-se no campo educacional a principal bandeira: acabar com o discurso sobre gênero e

diversidade sexual dentro da escola.

A partir de pesquisas e de minha dissertação sobre “a vivência de alunos gays numa organização escolar pública de ensino médio em Sabará”, que buscou compreender como alunos gays vivenciavam sua orientação sexual dentro da escola, foi feito o recorte especificamente sobre o silenciamento que muitas vezes a escola faz em relação à homofobia e que gera consequências para aqueles que não se enquadram ao padrão heterossexual.

## 2 | HOMOSSEXUALIDADE: UMA COMPREENSÃO HISTÓRICO-CULTURAL

Para se compreender a criação do termo homossexualidade (e com ele as justificativas de sua marginalização) a sexualidade é entendida aqui como uma construção social, recebendo influência de cada cultura que a constitui. Não se deseja, como expresso por muitos conservadores, que há uma anulação das questões biológicas. Mas acredita-se que os comportamentos e vivências são influenciados desde a tenra idade. Em outras palavras, significa afirmar que a sexualidade, e com ela as questões de gênero, são construídas socialmente.

[...]a sexualidade não é apenas uma questão pessoal, mas é social e política. o segundo, ao fato de que a sexualidade é “aprendida”, ou melhor, é construída, ao longo de toda a vida, de muitos modos, por todos os sujeitos.

Os corpos ganham sentido socialmente. A inscrição dos gêneros — feminino ou masculino — nos corpos é feita, sempre, no contexto de uma determinada cultura e, portanto, com as marcas dessa cultura. As possibilidades da sexualidade — das formas de expressar os desejos e prazeres — também são sempre socialmente estabelecidas e codificadas. As identidades de gênero e sexuais são, portanto, compostas e definidas por relações sociais, elas são moldadas pelas redes de poder de uma sociedade (Louro, 2013a, p.11).

Nesse sentido, compreender as relações masculino/feminino faz-se necessário que se tenha uma compreensão de qual cultura se analisa, bem como sua época. Tem-se como exemplo a questão das relações sexuais entre homens viris na Grécia antiga. Para eles, a mesma não era marginalizada, nem tampouco incomum. Pelo contrário, eram práticas comuns em suas realidades, inclusive relatadas em obras filosóficas, como o Banquete, de Platão. Dessa forma, homens tinham relações sexuais com outros homens, mas esse fato não anulava suas relações com mulheres, porém esses homens não podiam demonstrar feminilidade. Vale ressaltar que atualmente há um senso comum que reproduz que o homem ou é heterossexual ou homossexual, não admitindo outra possibilidade de experiência, mas que na prática são bem comuns existirem.

Trazendo para a compreensão de nossa realidade, a sociedade ocidental burguesa e de influência tipicamente cristã, a heterossexualidade foi estabelecida como o padrão a ser seguido, definindo assim sua normalidade. Vale informar que muitos entendem, a partir do senso comum, que ser heterossexual é algo “natural”; no

caso do presente artigo esse termo não é utilizado, pois se assim o fosse, não seria preciso estabelecer mecanismos de poder para se estabelecer a heterossexualidade e vigiar aqueles que não a seguem.

Dessa forma, uma vez estabelecida essa norma (heteronormatividade), as outras relações (homossexual, bissexual, transexual, transgênero...) são colocadas como desviantes do estabelecido. É relevante destacar que a heterossexualidade se agrupa com outras categorias sociais, sobretudo aquelas relacionadas à raça/etnia e classe social. Por isso

a norma que se estabelece, historicamente, remete ao homem branco, heterossexual, de classe média urbana e cristão e essa passa a ser a referência que não precisa mais ser nomeada. Serão os “outros” sujeitos sociais que se tornarão “marcados”, que se definirão e serão denominados a partir dessa referência. Desta forma, a mulher é representada como “o segundo sexo” e gays e lésbicas são descritos como desviantes da norma heterossexual (Louro, 2013a, p.15).

A concretização dessa heteronormatividade remete especificamente ao XIX: uma época de transformações culturais, sociais, políticas e econômicas, marcadas pelas mudanças históricas decorrentes das revoluções burguesas e industrial. Com a concretização do capitalismo, a classe burguesa torna-se detentora do poder, estabelecendo “novas” ideologias dentro da sociedade, dentre elas o conceito de heterossexualidade/homossexualidade. Louro, ao se referir a esse processo histórico e à classe burguesa, informa que “a heterossexualidade só ganha sentido na medida em que se inventa a homossexualidade. Então, ela depende da homossexualidade para existir” (2009, p. 89). Como se percebe a afirmação da heterossexualidade é firmada a partir da sua negação, reduzindo assim todos aqueles que se enquadram no padrão da homossexualidade. Sobre a necessidade de afirmação da heterossexualidade, Rios acrescenta “que a evolução das sociedades caminha rumo à consagração da conjugalidade heterossexual monogâmica, vê na homossexualidade o risco e a manifestação da desintegração da sociedade e da civilização” (2009, p. 63).

No entanto, para que a heteronormatividade seja definida, é necessário que instituições a transmitam, reforçando tal ideologia, definindo-a como padrão correto a ser seguido dentro da sociedade. Dentre as instituições relevantes nesse processo, pode-se citar a igreja, a família e a escola.

Para que se efetivem essas marcas, um investimento significativo é posto em ação: família, escola, mídia, igreja, lei participam dessa produção. Todas essas instâncias realizam uma pedagogia, fazem um investimento que, frequentemente, aparece de forma articulada, reiterando identidades e práticas hegemônicas enquanto subordina, nega ou recusa outras identidades e práticas; outras vezes, contudo, essas instâncias disponibilizam representações divergentes, alternativas, contraditórias (Louro, 2013a, p.25).

Tais instituições têm como princípio básico reforçar a ideia de que ser heterossexual é algo natural. Acrescenta Louro

a despeito de todas as oscilações, contradições e fragilidades que marcam esse investimento cultural, a sociedade busca intencionalmente, através de múltiplas

estratégias e táticas, “fixar” uma identidade masculina ou feminina “normal” e duradoura (2013a, p.25).

Nessa intencionalidade em “fixar” uma identidade masculina ou feminina normal, a escola desenvolve um grande papel nessa estrutura, colaborando assim na formação da identidade heterossexual. Porém, como esclarece Louro (2013a), a escola tem a função de incentivar o padrão estabelecido como normal por um lado e por outro deve buscar adiar a curiosidade pela sexualidade o máximo possível, preferencialmente para a vida adulta.

### 3 | ESCOLA E HOMOSSEXUALIDADE: DILEMAS E DESAFIOS

Quando se discute sobre o papel e a importância da educação dentro da sociedade contemporânea, é ímpar a verificação de que ela está voltada para a formação da vida em sociedade, dando base para uma formação humana e cidadã. Em uma sociedade democrática de direito, a educação desempenha um papel fundamental na construção desse princípio. Souza (2017, p. 38-39) explicita que:

a escola torna-se um espaço em que se constroem/reforçam inúmeras regras de convivência necessárias para a vida em sociedade; e, numa sociedade democrática, onde todos são iguais perante a Lei, a escola não pode representar um espaço de exclusão, mas de liberdade e respeito.

Seffner (2009, p. 132) colabora ao informar que a escola

é o local onde os alunos podem aprender de forma intensa a negociar as regras de convívio em espaços públicos, conhecimento que será necessário até o fim da vida. O estigma e a discriminação são barreiras à construção da cidadania plena de qualquer indivíduo. Não devem, portanto, ser admitidos no espaço escolar.

Nessa perspectiva, a escola se torna o ambiente propício da convivência humana, das diversas trocas de experiências, não se limitando apenas ao nível do conhecimento escolar; mas é também o ambiente que deve ser capaz de trabalhar os inúmeros conflitos, sejam eles pessoais, sociais, culturais, dentre outros. Um dos conflitos existentes é o que diz respeito à sexualidade dentro do ambiente escolar.

Teóricos (FOUCAULT, 1988; JUNQUEIRA, 2009; LOURO, 2009, 2013<sup>a</sup>, 2013<sup>b</sup>; BORTOLINI, 2011) reforçam que a escola é o ambiente de construção do conhecimento, porém, nesse espaço, busca-se adiar questões relacionadas à sexualidade, retardando sua discussão o máximo possível. Dessa forma, tal como explicita Foucault (1988) no livro História da Sexualidade, a escola, juntamente com outras instituições de controle, tem um papel central em relação ao ensinamento da heteronormatividade, estabelecendo os padrões de masculinidade e feminilidade desde a inserção da criança na escola.

Se por um lado a escola tem o papel de formar cidadãos, devendo colaborar na redução da desigualdade; por outro lado, ao adiar a discussão sobre a sexualidade, em específico a diversidade sexual, ela silencia uma diversidade que tem dentro dela.

Nesse sentido, nascem algumas questões pertinentes ao tema: Se a escola é o ambiente da pluralidade, não seria esse um ambiente propício para se trabalharem questões relacionadas à diversidade sexual? Se na escola há um trabalho voltado para esse assunto, haveria alguma disciplina específica para desenvolvê-lo? E se trabalhada, como é trabalhado um assunto tão atual, porém polêmico, dentro da escola? Por outro lado, se a diversidade sexual não é trabalhada, quais os motivos que anulam essa discussão? Preconceito? Falta de formação pedagógica? Falta de material didático pedagógico? Desinteresse? Pressão social? Medo do “desconhecido”? E como ficarão essas questões, que são pouco trabalhadas, em relação ao discurso político que está sendo implantado atualmente, ou seja, uma escola que não dialogue sobre sexualidade?

Nesse processo de formação, como já citado, a heteronormatividade é ensinada das mais diversas formas nas rotinas da escola. Nelas, “meninos e meninas são expostos a mensagens sobre como devem se comportar, sobre o que se espera deles e delas, ou o que lhes é permitido ou proibido e, mesmo do que é “normal” a cada um gostar” (TEIXEIRA, 2010, p. 41). Rotinas como brincadeiras reforçam posturas dentro da escola, na qual o menino irá desenvolver sua “virilidade” e a menina sua “sensibilidade”. Tem-se como exemplo os brinquedos a utilização de carrinhos e bola de futebol para o sexo masculino e o uso de bonecas e utensílios para a casa para o sexo feminino, indicando o desenvolvimento de quais os papéis devem ser seguidos. Felipe afirma que “o brincar e o brinquedo são, portanto, nesse contexto, um instrumento de poder que é acionado constantemente para definir/produzir determinadas formas de gênero” (2009, p.150), na qual as “temáticas relativas às homossexualidades, bissexualidades e transgeneridades são invisíveis no currículo, no livro didático e até mesmo nas discussões sobre direitos humanos na escola” (JUNQUEIRA, 2009, p.30). Não se pode deixar de informar (e esperar quais serão as medidas adotadas) que no início da gestão do presidente Bolsonaro, a pasta da Educação já definiu que temas relacionados à “ideologia de gênero” deverão ser suprimidas da escola, utilizando discursos como “menino veste azul e menina veste rosa” (Damares Alves, ministra da Mulher, Família e Direitos Humanos) ou justificativas que essa fala foi metafórica, apenas para informar aquilo que é “natural”. Como explícito, a heterossexualidade mais do que ensinada na escola, é vivenciada por todos ali presentes como algo normal ao ser humano, excluindo assim as diversidades existentes.

Nesse campo de avanços e retrocessos sobre a questão da diversidade sexual (e com ela questões relativas à orientação sexual, identidade de gênero...) vale informar alguns caminhos já percorridos para reduzir o preconceito. Pode-se citar como avanços os Parâmetros Curriculares Nacionais de 1997, que afirmaram que a escola deve ter como princípio geral “a relevância de discussões sobre a dignidade do ser humano, a igualdade de direitos, a recusa categórica de formas de discriminação, a importância da solidariedade e do respeito” (BRASIL, 1997, p. 27). Especificamente no PCN sobre a Pluralidade Cultural e Orientação Sexual, há um direcionamento acerca da necessidade

de se trabalhar a sexualidade com os alunos. Outro fato relevante foi o lançamento em 2004 da primeira política pública voltada para questões LGBT, denominado de “Brasil sem Homofobia”, que trouxe inclusive questões voltadas para a necessidade de se trabalhar o tema da diversidade sexual dentro da escola. A partir desta política, foram desenvolvidas inúmeras atividades de capacitação e sensibilização sobre o assunto.

Porém, como ressalta Souza (2017), esse início de visibilidade da diversidade sexual enquanto política, fez com que houvesse uma pressão política de bancadas “religiosas e tradicionalistas”, utilizando o argumento que sexualidade é uma questão que deve ser responsabilidade da família e não da escola. Recentemente, verificou-se a retirados termos “gênero” e “orientação sexual” na 3ª versão da nova Base Nacional Curricular Comum (BNCC) por pressão política. Ressalta-se que:

No debate ocorrido em torno do Plano Nacional de Educação, e sub sequentemente em torno dos Planos Municipais e Estaduais de Educação, o termo ideologia de gênero foi utilizado por quem defende posições tradicionais, reacionárias e até fundamentalistas em relação aos papéis de gênero do homem e da mulher, reiterando os posicionamentos de autores como Scala, afirmando que ideologia de gênero significa a desconstrução dos papéis tradicionais de gênero. (REIS & EGGERT, 2017, p. 17).

Nessa perspectiva, Rios e Santos (2008, p. 339) explicitam que “parece-nos fora de dúvida que esse silêncio tem impacto negativo no que diz respeito à diversidade sexual”. Assim, se por um lado há um silenciamento nos livros didáticos em relação à diversidade sexual dentro do ambiente escolar, por outro lado, esse silenciamento traz um impacto negativo, seja por não dialogar sobre esse tipo de diversidade, seja por ignorar aqueles que não se enquadram à heteronormatividade social. Acrescentam que o Plano Nacional do Livro Didático (PNLD) se “revele tímido, quando não insuficiente e incapaz, diante do desafio democrático que é superar o heterossexismo e suas consequências discriminatórias, objeto de análise e denúncia por meio do conceito de homofobia” (p.340).

Como retrocessos, além das falas que reduzem a questão da sexualidade, da discussão de gênero e de questões relevantes à compreensão sobre a diversidade sexual existente, pode-se citar o desaparecimento da SECADI (Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão) estabelecido em 02/01/2019 pelo ministro da Educação, criando subpastas específicas, não se estabelecendo especificamente uma subpasta para questões LGBTQ. No caso da SECADI, a mesma foi criada para

orientar políticas públicas educacionais que articulem a diversidade humana e social aos processos educacionais desenvolvidos nos espaços formais dos sistemas públicos de ensino, devem ser consideradas as questões de raça, cor, etnia, origem, posição econômica e social, gênero, **orientação sexual**, deficiências, condição geracional e outras que possam ser identificadas como sendo condições existenciais favorecedoras da exclusão social (SECADI, 201?, grifo nosso).

Como se percebe, a antiga Secretaria tinha como um de seus objetivos a questão da orientação enquanto uma política pública que deveria ser trabalhada dentro das

escolas. Já com a criação das novas subpastas, o grande receio dos teóricos que trabalham gênero/diversidade sexual é que a questão LGBTQ seja retirada totalmente da escola, como já foi informado por vários representantes do governo, sejam eles o próprio presidente ou o ministro da Educação, argumentando que esse fato está ligado à imposição marxista cultural dentro das escolas, ao se impor uma “ideologia de gênero”.

Ressalta-se aqui que

A escola apresenta muita dificuldade no trato da orientação sexual e de identidade de gênero, mostrando-se muitas vezes insegura e perdida diante das cenas que não estão presentes em seus manuais. Neste sentido, reifica os modelos sociais de exclusão por meio de ações de violência (discriminação e expulsão) ou de descaso, fazendo de conta que nada está acontecendo (não escuta as denúncias da dor da discriminação).

Nessa dificuldade de se dialogar sobre sexualidade, especificamente sobre questões de gênero, os profissionais da educação deixam esse diálogo para segundo plano ou nem se pensa no mesmo. Junqueira afirma que

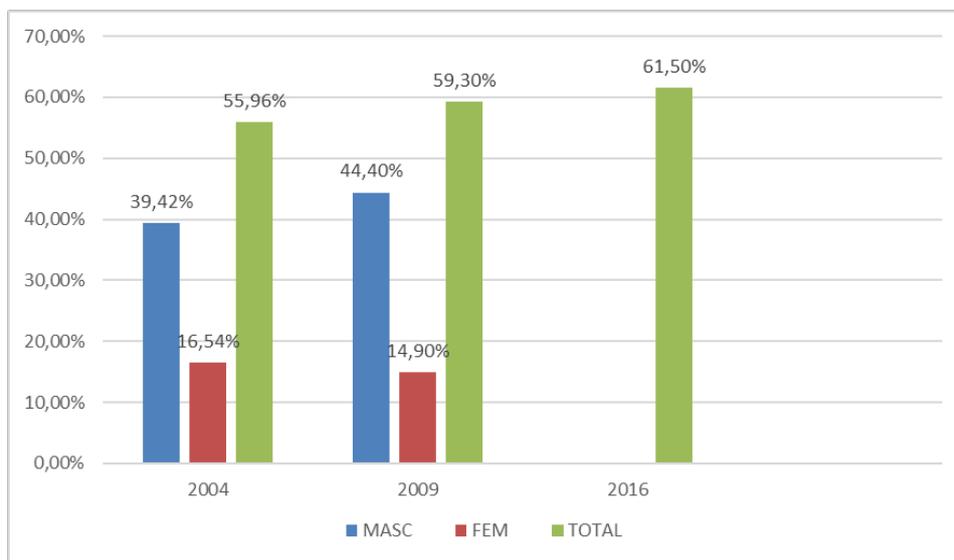
ao mesmo tempo em que nós, profissionais da educação, estamos conscientes de que nosso trabalho se relaciona com o quadro dos direitos humanos e pode contribuir para ampliar os seus horizontes, precisamos também reter que estamos envolvidos na tessitura de uma trama em que sexismo, homofobia e racismo produzem efeitos e que, apesar de nossa intenções, terminamos muitas vezes por promover sua perpetuação (2009, p.13).

Essa informação também refletiu tanto em relação aos alunos quanto aos seus pais, demonstrando assim um preconceito “velado” dentro do ambiente escolar, já que não se dialoga sobre o presente tema.

#### **4 | HOMOFOBIA CONCRETIZADA EM FORMAS DE “BRINCADEIRAS” E/OU SILENCIAMENTO**

Se a escola ainda demonstra uma dificuldade em se trabalhar sobre as questões da diversidade sexual dentro do seu ambiente, como ficam aqueles que não se encaixam à heteronormatividade? Eles apontam para a existência de uma homofobia dentro da escola? Ou a questão da orientação sexual não os diferencia enquanto estudantes?

A partir da pesquisa de Souza (2017) que buscou compreender a vivência de alunos gays dentro do ambiente escolar em sua pesquisa, fazendo uma comparação da fala dos entrevistados gays com a entrevista de professores e alunos da escola, para verificar até que ponto há ou não uma violência na escola por orientação sexual. Nesse sentido, o mesmo traz dados de pesquisas feitas no Brasil e com datas distintas (2004, 2009 e 2016) sobre a opinião de alunos que não gostariam de ter homossexuais como colegas de classe. Eis os resultados analisados por Souza (2017, p.44):



Opinião de alunos que não gostariam de ter homossexuais como colegas de classe

Como se verifica, ao longo de 12 anos os resultados das pesquisas analisadas demonstraram que dentro do ambiente escolar muitos alunos não gostariam de ter homossexuais como colegas dentro da sala de aula. Isso aponta para uma existência de uma homofobia.

A partir da pesquisa de Souza (2017), demonstrou-se que há no ambiente escolar uma homofobia que muitas vezes é velada ou justificada como brincadeira, sobretudo ao se utilizar termos pejorativos como bichinha, viado ou outro.

Muitos professores desempenham uma convivência não assumida com discriminações e preconceitos em relação a homossexuais, ao considerarem que expressões de conotação negativa em relação a esses seriam brincadeiras, coisas sem importância (ABRAMOVAY et al, 2004, p. 277).

Sobre essas “brincadeiras”, os entrevistados disseram que os termos tinham sempre o objetivo de diminuir-los, informando que não se sentiam confortáveis ao ouvirem tais termos. Afirma um que “na minha época de escola eu sempre fui muito contido. Era aquela coisa que ninguém podia saber. Mas muitos apelidos sempre apareciam. Era viadinho, bichinha, boiola e até bichola”(José, 19 anos). Na conversa, o mesmo informa que o simples fato de gostar de dançar já fazia com que os alunos o diminuíssem verbalmente perante a escola.

Em relação aos termos e a forma como são encarados pelas pessoas que estão presentes no ambiente escolar, a pesquisa da UNESCO contribui na análise informando que inclusive o corpo docente comunga dessa violência através do silenciamento ou por tentarem dialogar com os alunos, mas os mesmos levarem para a brincadeira.

Alguns professores comentam que, apesar de abordarem a questão da homossexualidade pelo lado do respeito humano, é bastante difícil lidar com o assunto, pois os alunos sempre levam para a brincadeira. Já outros assumem uma postura de distanciamento e assim de cumplicidade passiva com a violência contra jovens tidos como homossexuais – cada um é, pode ser como quiser ou como um tema que não é de sua alçada. Dessa forma, omite-se o debate sobre assuntos

que são engendrados por preconceitos e discriminações, quando muito pregando uma abstrata tolerância, em que cada um poderia ser o que quisesse, quando, na prática, não é isso que ocorre. (Abramovay et al, 2004, p. 288)

Como se percebe, é comum que o uso de tais termos seja visto tanto como uma brincadeira quanto como uma forma que não é dada a devida importância tanto para os professores quanto para o corpo técnico administrativo da escola. Em relação a essa questão, um entrevistado informou que “se os professores passavam um sermãozinho básico era demais” (João). O mesmo entrevistado esclarece que as “brincadeiras” foram crescendo, tornando-se rotineiras, na qual

já estava começando a me admitir[a partir do nono ano] pras pessoas e a cada vez mais as zuações ficavam maiores(...) chegando ao bullying (...) era época de msn e eu recebi mensagens de alguém RECHADAS de insultos sobre mim. Eu nem me lembro o que eles diziam, mas eram coisas horríveis. Acho que tinham até ameaça de violência física, se não me engano (João).

Nota-se que os termos usados não só representaram uma violência física, mas geraram uma violência psíquica na época, pois o mesmo não consegue lembrar quais eram os termos, mas deixa claro e preciso que as mesmas estavam RECHADAS de insultos. Perguntado sobre qual a postura da escola, o entrevistado informou que “quando o caso foi levado pra escola, X[coordenadora] foi quem deu apoio total a causa, pois quando chegou em Y[diretora e proprietária] ela disse que o acontecimento não era da escola. Então ela não tinha muito o que fazer (João). Outro informa que

fui para sala da diretora e vice diretora , as únicas coisas que recebi de resposta foi: “O preconceito sempre vai existir. Então o jeito é superá-lo”. Reclamei que tinha as brincadeiras sem graça, não foi aquele resultado rápido da escola. Alguns professores tocavam no assunto de homossexualidade. Uma vez a supervisora me chamou. Fui até a sala dela [e] ela conversou sobre preconceito e tals. Mas assim mesmo conversava e resolvia pouco.(Joaquim)

Como se percebe, é dada pouca (ou nenhuma) atenção pela escola em relação às reclamações e posturas dos alunos que se sentem constrangidos por determinados, havendo o que os autores (LOURO, 2009, 2013a; JUNQUEIRA, 2009, dentre outros) definem como o silenciamento que a escola tem frente à homofobia.

Por isso a necessidade não só de dialogar sobre o tema da homossexualidade, mas também de criar novas possibilidades para que aqueles que não se identificam com a norma sexual estabelecida como normal possam vivenciar sua sexualidade dentro do ambiente escolar. “É importante criar, nos espaços de formação, oportunidades de fala e de reflexão com vistas a fornecer recursos simbólicos às pessoas envolvidas nos encontros e nos desencontros com a diferença” (JUNQUEIRA, 2009, p.29).

Ao mesmo tempo em que nós, profissionais da educação, estamos conscientes de que nosso trabalho se relaciona com o quadro dos direitos humanos e pode contribuir para ampliar os seus horizontes, precisamos também ter consciência que estamos envolvidos na tessitura de uma trama em que sexismo, homofobia e racismo produzem efeitos e que, apesar de nossas intenções, terminamos muitas vezes por promover sua perpetuação.

## 5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

O século XXI traz consigo inúmeras discussões acerca de assuntos diversos. Dentre eles, aparece o discurso sobre a sexualidade, especificamente vinculado à orientação sexual. Novelas, jornais, revistas, músicas... já trazem em si tal temática, demonstrando não só os preconceitos ainda latentes acerca do tema, mas sobretudo a necessidade de dialogar sobre.

A escola aparece aí com um papel ímpar em tal discussão, já que a mesma tem fator preponderante na formação/informação dos sujeitos ao longo da vida. Como reprodutora do padrão da heterossexualidade (homens brancos cristãos de classe média) a escola se depara atualmente com o universo da diversidade, seja de crenças, etnias, orientação sexual...

Trazer o diálogo sobre o tema da homossexualidade na escola, e com ele todo o processo de criação social dos padrões/exclusões, não é apenas um ideal, mas uma realidade necessária, já que há muitos alunos que ainda sofrem diversas formas de violência velada. Mais que isso, significa reconhecer e respeitar o outro como sujeito de liberdade e direitos dentro da escola.

Para isso, é relevante que os sujeitos inseridos na escola compreendam os problemas decorrentes da orientação sexual, desenvolvendo outros meios (debates, relatos de vida, projetos...) para se sensibilizar sobre a diversidade sexual existente na sociedade.

Ao se compreender o espaço escolar como um ambiente também da diversidade sexual, a escola colabora não somente em formar cidadãos para a prática da igualdade e da liberdade, mas também é capaz de desenvolver o respeito perante aqueles que foram excluídos e que ainda sofrem discriminação devido à sua orientação sexual divergente da heterossexual.

Portanto, a diversidade sexual na escola não é apenas um ideal, mas uma realidade necessária, já que há muitos alunos que ainda sofrem diversas formas de violência velada. Mais que isso, significa reconhecer e respeitar o outro como sujeito de liberdade e direitos dentro da escola e da sociedade.

## REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Miriam; CASTRO, Mary Garcia; SILVA, Lorena Bernadete da. **Juventudes e sexualidade**. Brasília: UNESCO, 2004.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE LÉSBICAS, GAYS, BISSEXUAIS, TRAVESTIS E TRANSEXUAIS. Secretaria de Educação. **Pesquisa Nacional sobre o Ambiente Educacional no Brasil 2015**: as experiências de adolescentes e jovens lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais em nossos ambientes educacionais. Curitiba: ABGLT, 2016.

BORTOLINI, Alexandre. Diversidade Sexual e de Gênero na Escola. **Revista Espaço Acadêmico**, Maringá, v.01, n. 123, p. 27-37, ago. 2011.

BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado

Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. MEC. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais**. Tema Transversal: Orientação Sexual. Brasília: MEC/SEF, 1997. Disponível em <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro101.pdf>> Acesso em 30 de outubro de 2013.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Proposta preliminar. Terceira versão. Brasília: MEC, 2017. Disponível em: <[http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC\\_publicacao.pdf](http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_publicacao.pdf)>. Acesso em: 19 mai. 2017.

BRASIL. Conselho Nacional de Combate à Discriminação. **Brasil Sem Homofobia**: Programa de combate à violência e à discriminação contra GLTB e promoção da cidadania homossexual. Brasília: Ministério da Saúde, 2004. Disponível em <[http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/brasil\\_sem\\_homofobia.pdf](http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/brasil_sem_homofobia.pdf)> Acesso em 30 de outubro de 2013.

BRASIL. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI). Brasília: Ministério da Educação. Disponível em <<http://portal.mec.gov.br/secretaria-de-educacao-continuada-alfabetizacao-diversidade-e-inclusao>> Acesso em 30 de outubro de 2015.

FELIPE, Jane; BELLO, Alexandre Toaldo. Construção de comportamentos homofóbicos no cotidiano da educação infantil. In: JUNQUEIRA, Rogério Diniz (Org.). **Diversidade Sexual na Educação**: problematizações sobre a homofobia nas escolas. Brasília: SECAD/UNESCO, 2009. p. 141-158. (Coleção Educação para Todos, v. 32).

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade I**: a vontade de saber. Trad. Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988. 7ª ed.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. Homofobia nas Escolas: um problema de todos. In: JUNQUEIRA, Rogério Diniz (Org.). **Diversidade Sexual na Educação**: problematizações sobre a homofobia nas escolas. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, UNESCO, 2009, Coleção Educação para Todos, vol. 32. p. 85 – 93.

LOURO, Guacira Lopes. Heteronormatividade e homofobia. In: JUNQUEIRA, Rogério Diniz (Org.). **Diversidade Sexual na Educação**: problematizações sobre a homofobia nas escolas. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, UNESCO, 2009, Coleção Educação para Todos, vol. 32. p. 85 – 94

LOURO, Guacira Lopes. Pedagogias da Sexualidade. In: LOURO, Guacira Lopes (org). **O corpo educado**: pedagogias da sexualidade. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013a. 3 ed. p. 35 – 82.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação**: uma perspectiva pós-estruturalista. 15 ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2013b.

RIOS, Roges R; SANTOS, Wederson. **Diversidade sexual, educação e sociedade**. Reflexões a partir do Programa Nacional do Livro Didático. Psicologia Política, 2008, 8(16), 325-344.

SEFFNER, Fernando. Equívocos e armadilhas na articulação entre diversidade sexual e políticas de inclusão escolar. In: JUNQUEIRA, Rogério Diniz (Org.). **Diversidade Sexual na Educação**: problematizações sobre a homofobia nas escolas. Brasília: SECAD/UNESCO, 2009. p. 125 – 140. (Coleção Educação para Todos, vol. 32).

SOARES, Paula Regina Costa Ribeiro; FERNANDES, Felipe Bruno Martins. Ambientalização de professores e professoras homossexuais no espaço escolar. In: JUNQUEIRA, Rogério Diniz (Org.). **Diversidade Sexual na Educação**: problematizações sobre a homofobia nas escolas. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, UNESCO, 2009, Coleção Educação para Todos, vol. 32. p. 183 – 212

SOUZA, Helder Júnio de. **A vivência de alunos gays numa organização escolar pública de ensino médio em Sabará**. Belo Horizonte, UFMG, 2017. 117p. Dissertação (mestrado) do Programa de Pós-graduação Conhecimento e Inclusão Social em Educação.

TEIXEIRA, Adla Betsaida Martins. "De princesa a cachorra". In: TEIXEIRA, Adla Betsaida M. Teixeira; ALCÂNTARA, Flávia (Org.). **Conversando na escola com elas e eles**: para além do politicamente correto. Aparecida-SP: Idéias & Letras, 2010. p. 21-24.

Agência Brasileira do ISBN  
ISBN 978-85-7247-293-7



9 788572 472937